

UTOPIAS URBANAS, SONHOS OU PESADELÓS? CORTANDO AS CABEÇAS DA HIDRA DE LERNA

Ester Limonad
Universidade Federal Fluminense
ester_limonad@yahoo.com

Utopias urbanas, sonhos ou pesadelos? Cortando as cabeças da Hidra de Lerna (Resumo)

Na contemporaneidade é imperativa a reflexão crítica sobre a utopia. Pois, por seu potencial político, a utopia é imprescindível, enquanto orientação para qualquer projeto que almeje a transformação social, em particular para aqueles que propugnam por uma sociedade mais justa e equânime. Para caminhar nessa direção estruturamos esse ensaio em três partes. Primeiro, trataremos do novo caráter da utopia, que emerge nas primeiras décadas do século XX e que desencadeia diversas polêmicas no âmbito do pensamento crítico, superadas graças às contribuições de Ernst Bloch; as quais apresentamos em seguida, em um diálogo com autores contemporâneos a ele. Para finalizar abordamos alguns mitos contemporâneos, ou seja algumas das cabeças da Hidra de Lerna, que se colam à utopia contemporânea do direito à cidade.

Palavras-chave: utopia, pensamento utopiano, desenvolvimento sustentável, planejamento, direito à cidade.

Urban utopias, dreams or nightmares? Cutting off the heads of the Hydra (Abstract)

In contemporaneity it is compulsory the critical reflection on utopia. Given its political potential, utopia is essential as an orientation for any project aiming social transformation, particularly those advocating a more just and equitable society. Heading that way we structured this essay in three parts. First, it will address the new political character of utopia that emerges in the first decades of the twentieth century triggering several controversies within critical thought, overcome with Ernst Bloch contributions; which are approached in a dialogue with some of his contemporary authors in the second part of this essay. Finally we discuss some contemporary myths, performing some of the heads of the Hydra, which stick to the contemporary utopia of the right to the city.

Keywords: utopia, utopian thought, sustainable development, planning, right to the city.

Entre mitos e fábulas o capitalismo historicamente se mantém e se perpetua. O que faz com que seja comparado à fênix que renasce de suas próprias cinzas, em uma analogia à destruição circular criadora de Nietzsche, à medida que as crises do capitalismo contribuem para a sua reinvenção, bem como para a reinvenção de suas formas de dominação. Porém, o capitalismo enquanto tal também se aproxima de um outro personagem da mitologia grega clássica: a Hidra de Lerna, ser mítico dotado de um corpo de dragão com sete cabeças de serpente, que quando lhe cortavam uma, nasciam tantas outras em seu lugar. Assim, a luta por uma sociedade melhor e mais equânime assemelha-se à luta de Hércules contra a hidra de Lerna, pois à medida em que se desvenda o caráter ilusório e mesmo falacioso dos mitos modernos transmutados em propostas, proposições e modelos organizados pelo *status quo* em torno de termos sedutores que se propõem a construir uma outra sociedade, na perspectiva de manutenção do *status quo* hegemônico, logo surgem mais um ou dois termos mágicos com caráter de novidade.

A sucessão de propostas e de termos sedutores em torno das cidades e de sua transformação sucedem-se há quase dois séculos, a começar pelas proposições urbanísticas do século XIX, dada a necessidade então de intervenções nas cidades que sofriam com o grande aumento da população em razão da segunda revolução industrial¹. E, muitas vezes formulações similares àquelas, reinventadas e atualizadas, assumem novas roupagens. Um exemplo são as propostas do *City Beautiful*, do *Libertarian Planning*, do *New Urbanism*, que de diferentes maneiras se propõem a criar espaços modernos restritos, ideais, seguros com qualidade de vida, a que se soma com uma proposta mais aberta o planejamento estratégico, que comungam uma visão da cidade enquanto objeto, como uma mercadoria². Propostas destinadas a atender aos interesses do mercado, elaboradas de cima para baixo e, por vezes, legitimadas com uma participação social planejada, nas quais inserem-se palavras icônicas sedutoras na moda, tais como o desenvolvimento, a sustentabilidade, as cidades inteligentes, a governança participativa e mais recentemente a transparência, a resiliência e o direito a cidade em uma perspectiva jurídico-legal.

Essas palavras icônicas constituem de certa maneira mitos e fábulas modernos que obscurecem propostas oriundas de movimentos sociais e culturais que propugnam pela transformação social na perspectiva do direito à cidade, enquanto possibilidade de apropriação social e transformação da cidade. De fato como dizia Milton Santos

“Sem as fábulas e mitos, este período histórico não existiria como é. Uma dessas fábulas é a tão repetida idéia de aldeia global. O fato de que a comunicação se tornou possível à escala do planeta, deixando saber instantaneamente o que se passa em qualquer lugar [...]. Um outro mito é do espaço e do tempo contraídos, graças, outra vez aos prodígios da velocidade [...]. Fala-se, também, de uma humanidade desterritorializada, e essa idéia dever-se-ia outra, de uma cidadania universal”³.

A multiplicação de mitos modernos contribui para obscurecer as possibilidades de transformação fundadas no aqui e agora ao impedir que se teçam utopias enquanto um norte geral para a ação social. Pois, como sintetizou poeticamente Galeano, em *Janela sobre a Utopia*:

¹ Como salientam, entre outros, Choay (1970) e Capel (2013).

² Ver a respeito dessas práticas e modalidades de planejamento Limonad, 2015.

³ Santos, 2003, p. 41-42.

“Ela está lá no horizonte – diz Fernando Birri -. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos mais além. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”⁴.

Assim, conforme a realidade muda e avança, as utopias, os desejos também mudam e ficam mais distantes. Não deixar de caminhar, pressupõe a mudança, assim a utopia possui um potencial enquanto mola propulsora da transformação, o que lhe confere um caráter eminentemente político, Isso não significa que devemos nos empenhar em buscar construir idealizações utópicas inspiradas em Thomas Morus, nem em advogar por modelos e planos em consonância com as idealizações dos socialistas utópicos, como trataremos de expor adiante.

Na contemporaneidade a reflexão sobre utopia, a partir de uma perspectiva crítica, é urgente, pois por seu potencial político, a utopia é imprescindível, enquanto orientação para qualquer projeto de transformação social, em particular para aqueles que propugnam por uma sociedade mais justa e equânime.

A construção de uma utopia possível enquanto norte e orientação da ação social na perspectiva da possibilidade de mudança, de uma outra cidade, de uma outra sociedade tem de encontrar suas bases no aqui e agora, despida de mitificações, pois

“Sólo una izquierda liberada de mitos que obturen el análisis crítico y encubran lo que hace a lo que no hace, está en condiciones de ganar la batalla ideológica a la derecha. A lo que cabe añadir ahora que sólomente una izquierda desmitificada, y por ello con capacidad desmitificadora, puede, frente a los mitos y al sistema que necesita de ellos, defender la utopía. Con la misma fuerza con que se afirma que, en tanto mitifica, la Izquierda deja de ser tal, hay que decir que ‘la izquierda no puede existir sin utopía’”⁵.

Portanto, para dar início à nossa reflexão, a partir de uma perspectiva crítica sobre a utopia, sobre o seu potencial transformador e o caráter de alguns mitos modernos que tendem a contaminar a tessitura de utopias, estruturamos esse ensaio em três partes. Primeiro, trataremos do novo caráter da utopia, que emerge nas primeiras décadas do século XX e que provoca diversas polêmicas no âmbito do pensamento crítico, superadas em boa parte graças às contribuições de Ernst Bloch, que apresentamos em uma segunda parte deste trabalho, dialogando com autores contemporâneos a ele. Isto posto tratamos, de maneira ainda que breve, de alguns mitos contemporâneos, ou seja de algumas das cabeças da Hidra de Lerna, que se colam às utopias contemporâneas do direito à cidade.

Lembrando que Henri Lefebvre (1969) vincula a práxis política e a ação social no cotidiano à ideia de “direito à cidade”, em uma perspectiva de transformação social, enquanto uma utopia que tem seu referencial na realidade, no aqui e agora. Assim, pensar utopias concretas transformadoras demanda a desmitificação dos mitos modernos.

⁴ “Ventana sobre la Utopía: Ella está en el horizonte – dice Fernando Birri -. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.” Galeano, 1993, p. 230.

⁵ Pérez Tapias, 1988.

Uma primeira aproximação ao caráter político contemporâneo da utopia

Ao contrário do que possa parecer a reflexão sobre utopia é uma tarefa difícil e complexa a começar pela delimitação do que é utopia. Essa noção surgida com a obra de Thomas Morus no século XVI, deixou há muito tempo de pertencer e habitar apenas o âmbito literário, religioso e puramente libertário; para conquistar foros políticos, em particular, com a emergência do socialismo e dos movimentos de massa. Das promessas do amor eterno, da paz na terra e do reino dos céus passa-se às promessas de construção de uma outra sociedade onde prevaleceria “a cada qual de acordo com as suas necessidades”⁶.

Com a dimensão política, a utopia converte-se em questão social e transforma-se em algo mais complexo. Deixa, assim, de estar limitada apenas ao domínio dos sonhos, do imaginário, para passar a integrar a vida social, enquanto perspectiva política de construção de uma outra sociedade. Construção essa, que passa seja pela manutenção, preservação e permanência de um *status quo* (propostas conservadoras)⁷; seja pela radicalização das propostas conservadoras com a depuração do *status quo* de elementos e/ou traços indesejáveis, pautada por uma visão que preze a homogeneidade identitária e os vínculos sangue-terra pátria⁸ próprios do fascismo; seja em termos da transformação do *status quo*, respeitando a heterogeneidade, a diferença e que tenha por meta alcançar uma sociedade mais equânime, como é o caso das propostas de transformação social.

De certa forma a utopia começa a ganhar contornos políticos mais nítidos com o ideário libertário de Igualdade, Fraternidade e Liberdade, estabelecido com a Revolução Francesa, criticado por Manheim⁹ e que serviu de inspiração a diversos movimentos de libertação nacional em vários países a partir do final do século XVIII. Passados mais de duzentos anos, em países com democracias frágeis permanece no campo da utopia, uma vez que em muitos desses países, não raro, prevalecem os interesses hegemônicos do poder econômico e político, que falam mais alto, o que permite que alguns sejam mais iguais do que outros, a despeito das intenções daquele ideário democrático.

No entanto, a partir dos anos 1920, é possível perceber, no âmbito acadêmico, uma preocupação com o potencial político da utopia em diversos estudos sociológicos e psicanalíticos, que se dedicam a diferenciá-la dos sonhos, dos mitos e de outras manifestações ideológicas.

Embora, no início do século XX, as utopias tenham ganhado uma nova compreensão,

⁶ Marx, 2012.

⁷ Manheim distingue e critica quatro formas modernas distintas de mentalidade utópica, a primeira estaria relacionada a espiritualização da política (Manheim [1929]1993, p.185-192), a segunda com a ideia liberal humanitária (Manheim [1929]1993, p.192-201), a terceira com a ideia conservadora (Manheim [1929]1993, p.201-216) e a quarta seria a utopia socialista-comunista (Manheim [1929]1993, p.216-230).

⁸ Como exemplifica Reich com os argumentos do Partido Nazista alemão (NSDAP- *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) em seu “regulamento sobre ‘A nova organização das relações de propriedade no campo’ de 12 de Maio de 1933 que regressa a formas seculares e que procede da ‘indissolúvel aliança do sangue e do solo’”. Conforme o trecho desse regulamento do NSDAP de 1933, reproduzido a seguir: “A indissolúvel aliança do sangue e do solo é condição indispensável da vida sã de um povo”. Reich, [1933] 1974, p. 49.

⁹ Manheim [1929]1993, p. 192-201.

Voigt¹⁰ assinala que a maioria dos estudos sobre a utopia concentraram-se nas obras literárias voltadas para a descrição a-histórica e atemporal (u-cronos) de sociedades perfeitas, de lugares imaginários até a elaboração de planos utópicos de cidades (socialismo utópico) ou, ainda, dedicaram-se a críticas irônicas de tais idealizações.

Essa nova compreensão da utopia deveu-se, em particular, aos avanços teóricos da psicanálise, no primeiro quartel do século XX, encetados por Sigmund Freud, Carl Jung e Wilhelm Reich entre outros, e às contribuições das ciências sociais, com destaque, em particular, da escola de Frankfurt, que abriga, naquele momento e nas décadas seguintes, embates críticos e diversas polêmicas, que envolveram Karl Manheim, Theodor Adorno e Max Horkheimer, que pertenciam a escola de Frankfurt, aos quais se soma mais tarde, Ernst Bloch, da Universidade de Tübingen, Alemanha Ocidental, após trabalhar na Universidade de Leipzig, na Alemanha Oriental durante o pós-guerra.

Michael Löwy¹¹ em *O romantismo revolucionário de Maio 68* destaca que Ernst Bloch, na Alemanha, compõe com Henri Lefebvre, e Guy Debord, na França e Herbert Marcuse, nos Estados Unidos, um quarteto de pensadores que combinou a crítica ao marxismo à crítica da sociedade capitalista contemporânea, cujas reflexões inspiraram às revoltas de Maio de 1968. Revoltas movidas não apenas por um espírito de contestação e de negatividade, mas também, como salienta Löwy, plenas de esperanças de mudança e de experimentações para alcançar uma outra sociedade, para além da opressão e da exploração do capitalismo¹².

As polêmicas no âmbito da escola de Frankfurt foram em parte superadas, décadas mais tarde, com as contribuições de Jürgen Habermas, dessa escola e de Ernst Bloch, de Tübingen, que havia publicado o *Espírito da Utopia*, já em 1918, texto que passa por várias revisões, escrito antes de sua filiação ao marxismo, ainda sob a influência do círculo de Max Weber, anterior à primeira guerra.

Parte da referida polêmica, de certa forma, teve por origem dissensões em torno da ortodoxia quase dogmática imprimida pela III Internacional Comunista com respeito às interpretações da teoria social crítica. Ortodoxia essa que não abria espaço para divergências e reinterpretções, por assim dizer, heterodoxas ou mais humanistas, encaradas e rotuladas rasteiramente como posturas revisionistas, que resultou nos expurgos de Edgar Morin e de Henri Lefebvre do Partido Comunista Francês, respectivamente em 1951 e 1958, e no expurgo de Ernst Bloch do Partido Comunista Alemão, em 1957, quando passou a ser perseguido, sendo aposentado compulsoriamente na Universidade de Leipzig. Em decorrência, pouco depois, saiu da Alemanha Oriental e vai para a Universidade de Tübingen na Alemanha Ocidental.

¹⁰ Voigt, 2005, p. 75-76.

¹¹ Löwy, M. O romantismo revolucionário de Maio 68. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº 84, maio de 2008 < http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp_lowyp.htm >

¹² Remetendo ao Princípio Esperança de Bloch, Löwy (2008) assinala que então tratava-se: “Em resumo, do que Ernst Bloch chamava *Wunschbilder*, ‘imagens-de-desejo’, que são não somente projetadas num futuro possível, uma sociedade emancipada, sem alienação, reificação ou opressão (social ou do gênero), mas também, imediatamente, experimentadas em diferentes formas de prática social: o movimento revolucionário como festa coletiva e como comunidades humanas livres e igualitárias, a afirmação partilhada da sua subjetividade (sobretudo entres os feministas); a descoberta de novos métodos de criação artística, desde os pôsteres subversivos e irreverentes, até as inscrições poéticas e irônicas nos muros”.

No âmbito da escola de Frankfurt a obra de Manheim *Ideologie und Utopie*, publicada em 1929, pode ser considerada um divisor de águas nas concepções até então vigentes de utopia.

Na concepção tradicional de utopia prevaleciam ideias românticas ou idílicas, de sociedades utópicas, bem como distopias, que ganhavam expressão em obras literárias ou, ainda, propostas de cidades hipotéticas elaboradas pelos socialistas utópicos. Muitas dessas construções idílicas retratam usualmente modelos de cidades e, enquanto tal, esses modelos padecem dos complexos de Pigmalião e da Pietá, embora lindos e perfeitos não falam por si sós e tampouco são autoexplicativos. E, por vezes, muitas dessas propostas idílicas, a despeito de sua boa intenção original, ao se concretizarem, resultam em um pesadelo ou padecem do complexo de Frankenstein, em que se articulam diversas partes desconexas para gerar uma forma distorcida¹³.

Em contraposição à concepção vigente, Manheim introduz a ideia da utopia como algo intrínseco à realidade existente e à vida dos homens, a partir da ideia de que a utopia teria a capacidade de transformar as condições existentes, enquanto a ideologia serviria para manter o *status quo*¹⁴, conforme a passagem a seguir

“Las ideologías son las ideas que trascienden la situación y que nunca lograron, de hecho, realizar su contenido virtual. Aunque a menudo se convierten en los motivos bien intencionados de la conducta del individuo, cuando se las aplica en la práctica, se suele deformar su sentido.”¹⁵ (...)

Las utopías trascienden también la situación social, pues orientan la conducta hacia elementos que no contiene la situación tal y como se halla realizada en determinada época. Pero no son ideologías, en cuanto logran por una contraactividad transformar la realidad histórica existente, en algo que esté más de acuerdo con sus propias concepciones”¹⁶.

Embora as diferenças admite, todavia, que *“es difícil determinar concretamente lo que, en determinado caso, es utópico y lo que es ideológico. (...) Para ello, es preciso participar en los sentimientos y en los motivos de los partidos que luchan por dominar la realidad histórica”¹⁷*. Assim, com Manheim a utopia converte-se em um elemento necessário essencial a um projeto de transformação social, por entender que o homem carece de utopias para construir sua história e transformar a sociedade, pois

“la desaparición de la utopía produce una inmovilidad en la que el mismo hombre se convierte en cosa (...) privado de ideales se convertiría en una criatura de meros impulsos (...) al abandonar la utopía el hombre perdería la voluntad de esculpir la historia y al propio tiempo su capacidad de comprenderla”¹⁸.

E, a despeito das críticas que seu trabalho sofreu, em particular de Horkheimer, suas

¹³ Como ocorreu com várias propostas do urbanismo modernista inspiradas nas proposições de Le Corbusier, como foi o caso do conjunto Pruitt Gore nos Estados Unidos, entre outros casos emblemáticos. Ver a esse respeito Choay, 1970; Limonad, 2006; 2008 e 2015.

¹⁴ Voigt, 2005, p. 75.

¹⁵ Manheim, [1929]1993, p. 171.

¹⁶ Manheim, [1929]1993, p. 172.

¹⁷ Manheim, [1929]1993, p. 172.

¹⁸ Manheim, [1929]1993, p. 230.

ideias irão servir de base para a reflexão de diversos filósofos e sociólogos no âmbito da teoria social crítica.

Max Horkheimer, a partir de uma perspectiva marxista ortodoxa, critica duramente a obra de Manheim e concebe a utopia com base na intencionalidade, a qual se explicitaria enquanto crítica ao que existe ou enquanto proposta do que deveria existir. Fiel às proposições de Marx, Horkheimer sublinha a importância da perspectiva crítica. Ao negar um papel político transformador à utopia enquanto proposta, Horkheimer, assim como Adorno, recusa-se a ir além da proposta geral de Marx e inclusive em avançar uma prospecção ou possibilidade futura¹⁹. Pérez Tapias (1988) nos dá um quadro da polémica que se instaurou a esse respeito ao assinalar que

“Horkheimer, desde su concepción dialéctica negativa, subraya la primacía indiscutible de la crítica sobre la propuesta. No hace falta insistir en la rotunda negativa de él y Adorno a trazar imágenes de futuro, a ir más allá de la crítica; negativa en la que no les siguió Marcuse, y que estuvo también a la raíz de las divergencias entre ellos, y Fromm. Habermas y Apel, por su parte, recogiendo la herencia de la ‘teoría crítica’, tratan de sacarla del callejón sin salida en que la metió su negativismo, apuntando desde sus planteamientos una rehabilitación de la utopía también en su cara positiva de propuesta”²⁰.

A despeito das ácidas críticas de Horkheimer, a ideia de Manheim (1929) da utopia como parte da vida dos homens e por seu potencial de promover a mudança é retomada, em parte, por Ernst Bloch em sua obra *Das Prinzip Hoffnung*²¹ (O Princípio Esperança) de 1959, e anos depois, por Heller e Feher (1985), estes últimos discípulos de seu colega de estudos e amigo Lukács.

Bloch elege a utopia como o conceito filosófico central do século XX, por conferir uma perspectiva de transformação social para a humanidade,²² em consonância com as ideias de Manheim. Em O Princípio Esperança, redigido nos Estados Unidos, entre 1938 e 1947²³, a partir de uma abordagem não-convencional e abrangente, que engloba a literatura popular, os sonhos, os contos de fada, os filmes, a arquitetura, as vitrines de lojas, a moda, etc., Bloch reflete sobre a relação entre utopia e ideologia, mostrando como a ideologia invade todos os aspectos da vida cotidiana. Aponta, assim, a necessidade da crítica à ideologia se dirigir não só a textos políticos e teóricos, mas a

¹⁹ Pérez Tapias, 1988.

²⁰ Pérez Tapias, 1988.

²¹ Machado (2008, p. 206-207) assinala a esse respeito que “Bloch elaborou *O princípio esperança* entre 1938 e 1947, durante seu exílio nos Estados Unidos, e o revisou entre 1953 e 1959, quando ainda residia na antiga República Democrática Alemã. Uma obra de dimensões ciclópicas de quase 1700 páginas, dividida em cinco partes que têm como tema ‘os sonhos de uma vida melhor’, ou como ele próprio diz ‘uma enciclopédia da esperança’; começa com a indagação: ‘Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? Que esperamos? O que nos espera?’. É uma tentativa de levar a filosofia até a esperança, conforme se lê no prefácio, ‘um lugar do mundo tão habitado quanto as terras mais cultivadas e tão inexplorado quanto a Antártida’. Obra que está em conexão, como ele próprio enfatiza, com o conteúdo de seus trabalhos anteriores como *Spuren* [Vestígios] (1930), *Geist der Utopie* [O espírito da utopia] (1918-1923), *Thomas Müntzer* (1921), *Erbschaft dieser Zeit* [Herança desta época] (1935) e o livro sobre Hegel, *Subjekt-Objekt* [Sujeito-objeto] (1948-1962), entre outros. Seu modo de exposição é uma curiosa combinação, segundo Lukács, entre as histórias de calendário de Hebel e a *Fenomenologia* de Hegel”.

²² Voigt, 2005.

²³ Machado, 2008, p. 206.

uma crítica da vida cotidiana²⁴, converge assim para as preocupações de Henri Lefebvre esboçadas em *Critique de la vie quotidienne*, em 1947²⁵.

O mérito de Bloch, assim como o de Heller e Feher²⁶, está na superação do dilema entre utopia, ideologia e mito, motivo de parte das controvérsias entre os pensadores da escola de Frankfurt. Tanto Bloch como Heller e Feher revitalizam e recuperam a dimensão utópica do marxismo, ao entenderem a utopia como parte da realidade e como algo essencial à vida humana. porém procedem a uma diferenciação entre o que consideram idealizações de sociedades utópicas e utopias enquanto um conjunto aberto e mutável de valores e anseios norteadores da ação social.

Adotamos aqui, então, como base para a nossa reflexão as contribuições de Ernst Bloch, uma vez que sua obra além de resgatar a utopia para a teoria social crítica apresenta ressonância com a concepção de utopia de Lefebvre, bem como com a concepção dos Situacionistas. E, o fazemos com base nas leituras de Voigt²⁷, Kellner²⁸, Butler²⁹ e Levitas³⁰, cotejando-os com algumas contribuições de Lefebvre³¹ e de Heller e Feher³².

Cabe ressaltar que a concepção de utopia de Lefebvre, que entende que o possível e o impossível se articulam para criar possibilidades utópicas³³, o que faz com que dialeticamente um sempre esteja presente no outro, guarda semelhanças marcantes com as proposições de Bloch em *O Princípio Esperança*. Da mesma forma que Bloch, Lefebvre reconhece que as aspirações utópicas são inerentes a todas as tentativas de se imaginar alternativas possíveis para refazer as relações sociais e espaciais. Ambos mostram, também, um veio comum em sua atração por uma versão mais humanista e aberta do marxismo para prover uma base para alcançar as ideias de libertação, que acompanhariam a revolução socialista³⁴.

Utopia abstracta e concreta de Ernst Bloch

A reflexão de Bloch sobre as possibilidades de transformação da vida e de libertação do homem desenvolve-se em paralelo à reflexão de Wilhelm Reich³⁵. Porém, enquanto Reich defende a liberação do homem, através do corpo e da satisfação do desejo sexual, Bloch dá ênfase àquelas necessidades intrínsecas à sobrevivência do homem comum, como a fome, o anseio por segurança, por um lar e uma vida comunitária. Douglas Kellner salienta que no entender de Bloch os fascistas trataram essas questões com mais êxito do que a esquerda na República de Weimar, que se “concentrou em denúncias negativas do capitalismo e da burguesia, enquanto o fascismo ofereceu uma visão

²⁴ Ver a respeito a contribuição de Kellner, 2010, p. 45.

²⁵ Lefebvre, 1947.

²⁶ Heller, Agnes.; Feher, Ferenc. *Anatomía de la izquierda occidental*. Barcelona: Península, 1985, c. II. p. 143. apud Tapias, 1988.

²⁷ Voigt, 2005.

²⁸ Kellner, 2010.

²⁹ Butler, 2012.

³⁰ Levitas, 1990.

³¹ Lefebvre, 1969, 1991, 2009.

³² Heller e Feher, 1985. apud Tapias, 1988.

³³ Lefebvre, 2009, p. 207.

³⁴ Butler (2012, p. 136) realiza uma comparação sintética entre as proposições de Bloch e Lefebvre.

³⁵ Reich, [1927], 1977.

positiva e alternativas atraentes para as massas que desesperadamente buscavam algo melhor”³⁶.

Kellner em sua leitura de *O Princípio Esperança* assinala que para Bloch a ideologia possui duas faces, “ela contém erros, mistificações e técnicas de manipulação e dominação, mas também contém um resíduo ou excedente utópico que pode ser usado para a crítica social e o avanço de políticas progressistas”³⁷.

É esse excedente utópico das manifestações ideológicas, que permite a Bloch, em um primeiro momento, ampliar a sua concepção de utopia. Por ter clareza de que o grau de objetividade ou de realidade de cada utopia é variável, assim como sua capacidade transformadora³⁸, procede, em um segundo momento, a uma diferenciação mais estrita com base em diversos parâmetros abordados adiante, de modo a separar o joio do trigo, distinguindo o que caracteriza como utopia abstrata da utopia concreta,.

Em seu entender, a utopia abstrata ainda não se tornou parte da realidade, é um sonho, é inconsciente, constitui uma antevisão de um futuro finito, que demanda um plano que determine a ação social. Por não ser consciente e não possuir base no real a utopia abstrata se constitui em uma impossibilidade, sem base e sem relação com o mundo vivido ela integra a esfera das manifestações ideológicas.

Destarte, após considerar as possibilidades e potencialidades das utopias abstratas, as descarta e se concentra na utopia concreta, que teria por base a vida social no aqui e agora, como se pode perceber na seguinte passagem (grifos do autor)

*“A partir de la consideración del hombre como un **todavía no ser**, la utopía trasciende su tradicional ámbito social, para poder encontrarse en toda obra cultural y que, como **sueño inacabado**, anticipa, necesariamente, un horizonte utópico de **posibilidad**. Un mundo **no concluso**, por tanto, de expectativas **de vida mejor** no cumplidas:*

Bien entendido, reconociendo y eliminando la utopía abstracta. Lo que entonces queda, el sueño inacabado hacia delante, puede ser llamado, rigurosamente utopía, diferenciándola muy reflexiva y muy apropiadamente del utopismo. En su concisión y nuevo rigor esta expresión significa tanto como órgano metódico para lo nuevo, condensación objetiva de lo que está por venir.

*Todas las grandes obras culturales tienen, por eso, implícitamente –no siempre explícitamente como Fausto de Goethe– un trasfondo utópico entendido de esta manera. Consideradas desde el punto de vista del concepto filosófico de la utopía, no como un entretenimiento ideológico de nivel superior, sino como camino ensayado y contenido de una esperanza sabida. Sólo así extrae la utopía lo suyo de las ideologías, y explica lo progresivo, de influencia histórica continuada en las grandes obras de la misma ideología”*³⁹.

³⁶ Kellner, 2010, p. 41.

³⁷ Kellner, 2010, p. 41.

³⁸ Voigt, 2005, p. 81.

³⁹ Bloch, Ernst. *El principio de esperanza (I y II)*, Madrid, Trotta, 2004, p. 196. apud Vázquez Larrea, 2011, p. 238-239.

Para proceder a essa diferenciação entre utopia abstrata e concreta Bloch salienta quatro aspectos entrelaçados da utopia, a saber: a pluralidade, a concepção de futuro, a realidade da utopia e a simultaneidade do pequeno e do grande⁴⁰, os quais desenvolvemos a seguir, de forma abreviada, de modo a instrumentalizar suas ideias para nossa reflexão.

Para Bloch a ideia de pluralidade da utopia é central e dela derivariam os outros aspectos. A pluralidade em si pressupõe a coexistência de diferentes tipos e formas de utopia. Essa natureza plural da utopia, em seu entender, teria por base a existência de uma consciência utópica, a saber um conjunto heterogêneo de preocupações utópicas principais (*Utopisch-prinzipielle Begriffe*), que consistiriam da antecipação de esperanças, sonhos, intenções e expectativas individuais e sociais que ainda-não (*noch-nicht*) se realizaram e, que antes de se realizar, são reformulados, o que confere um caráter mutável e plural a utopia.

É a noção dessa consciência utópica, dessa antecipação de um permanente não-acontecer-ainda (*noch-nicht*), que permite a Bloch ampliar a sua concepção de utopia e compreendê-la como algo intrínseco à vida humana com distintas manifestações nos diversos campos da vida social, conforme explicita ao salientar que “expectativa, esperança, intenção rumo a possibilidade que ainda-não veio-a-ser: este é apenas um traço básico da consciência humana, mas é, concretamente corrigido e compreendido, uma determinação básica da realidade objetiva como um todo”⁴¹.

Esse caráter plural, mutável da utopia e a ideia de que a utopia estaria relacionada com a possibilidade daquilo que ainda não-veio-a-ser (*noch-nicht*), mas que pode ser percebido como um aspecto fundamental da realidade objetiva conduz, como assinalado, aos demais aspectos da utopia destacados por Bloch.

Primeiro, por que a percepção da utopia como um permanente vir-a-ser lhe confere um caráter processual e dinâmico, e permite que seja compreendida enquanto uma constelação de ênfases e de valores e não como um plano para alcançar uma sociedade perfeita. Assim, para Bloch a utopia é portadora de um futuro em aberto e indefinido, um horizonte inalcançável sempre alguns passos a frente como a poesia de Galeano.

Essa concepção de utopia concreta enquanto uma constelação de valores, um projeto mutável, em aberto indefinido e em permanente construção inviabiliza a noção finita de futuro e se contrapõe à ideia clássica da utopia como um modelo, um ideal de sociedade perfeita, que se esgota em si, sem um depois, sem um posterior horizonte futuro, como é o caso das promessas religiosas de um reino dos céus e das antevisões de sociedades ideais concebidas por distintas correntes político-ideológicas.

Segundo, a articulação das ideias da possibilidade da utopia constituir um permanente vir-a-ser e de seus elementos estarem perceptíveis no presente, aqui e agora, conduzem ao terceiro aspecto enfatizado por Bloch, qual seja o da realidade da utopia. Essa ideia

⁴⁰ Voigt, 2005, p. 77.

⁴¹ “*Erwartung, Hoffnung, Intention auf noch ungewordene Möglichkeit: das ist nur ein Grundzug des menschlichen Bewusstseins, sondern, konkret berichtig und erfasst, eine Grundbestimmung innerhalb. Voigt der objektiven Wirklichkeit insgesamt*”. Bloch, Ernst. *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, [1959], 1964, p. 5, *apud* Voigt, 2005, p. 78

da realidade da utopia tem por base uma concepção diferenciada e processual de tempo, em que as sementes do futuro germinam no presente sobre os restos do passado⁴². E, é essa realidade da utopia que lhe confere, também, o seu caráter mutável, pois conforme o aqui e agora se transforma, as premissas do vir a ser, do ainda-não também mudam.

Terceiro, em vista do caráter plural, mutável da utopia somada à compreensão da consciência utópica ser um elemento real e objetivo da vida humana, que tem por base o que existe aqui-e-agora e não em um outro espaço e tempo, tem-se o que Bloch designa de simultaneidade do pequeno e do grande. Ou seja, em termos utópicos o pequeno e o grande podem existir em um mesmo espaço e tempo. Essa simultaneidade do pequeno e do grande implica que utopias de diferentes tipos, escalas e funções podem e devem coexistir⁴³. Essa simultaneidade envolve tanto as esferas do indivíduo e da sociedade, quanto o que Lefebvre designa de relação entre a ordem próxima (esfera de reprodução da vida cotidiana) e a ordem distante (esfera de reprodução social)⁴⁴, bem como as diferentes escalas do local ao global.

Para Bloch a utopia é o objetivo-real possível (*das objektiv-real Möglich*⁴⁵). E seria esta capacidade da utopia concreta de ser no aqui e agora que confere poder à utopia, a torna a promotora potencial da mudança e possibilita que ela transforme o presente com as premissas do futuro, a partir da compreensão de que o futuro nunca é completo ou perfeito e consiste de diversas alternativas, que já existem no presente e que mudam constantemente.

A utopia concreta tem os seus pés no aqui e agora, ou seja possui elementos fundados no real. E, é essa realidade da utopia concreta que lhe permite assumir um papel político, enquanto norteadora, orientadora da ação social, ao contrário da utopia abstrata. Norteadora, porém não determinante, nem seguindo um plano ou metas pré-estabelecidas.

Ruth Levitas em sua leitura de Bloch sintetiza bem a diferença entre a utopia abstrata e concreta ao assinalar que “a utopia abstrata expressa o desejo, (mas) só a utopia concreta carrega a esperança”⁴⁶.

Essa concepção de utopia abstrata e utopia concreta de Bloch encontra ressonância na reflexão de outros autores marxistas como Manheim⁴⁷, Heller e Feher⁴⁸ (1985) e Lefebvre⁴⁹.

⁴² Concepção essa que podemos encontrar nas obras de Lefebvre (1991) e de Arrighi (1996), entre outros autores, e que vai de encontro à concepção de tempo de viés estruturalista, que se pauta por cortes conjunturais e ciclos econômicos. Essa diferença de concepções de tempo se expressa em duas obras relativas ao século XX. A partir de uma perspectiva estruturalista de tempo Hobsbawm (1995) entende que o século XX se inicia e termina em Sarajevo, de onde dá a Era dos Extremos o subtítulo de O Breve Século XX. Arrighi, por sua vez, no intuito de retratar o século XX como o século do capital financeiro, localiza as origens do capital financeiro na formação das primeiras sociedades bancárias, que ocorre na Alta Idade Média, o que o motiva a intitular sua obra de O Longo Século XX.

⁴³ Voigt, 2005, p. 83.

⁴⁴ Ver a respeito Limonad e Lima, 2003.

⁴⁵ Bloch, Ernst. *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt Am Main: Suhrkamp Verlag, [1959], 1964, p. 264. Apud Voigt, 200, p. 81.

⁴⁶ Levitas, 1990.

⁴⁷ Manheim, [1929]1993.

Ao entender as manifestações ideológicas como utopias abstratas, sem base ou fundamento no real, Bloch de certa forma, converge e amplia a proposição de Manheim, o qual distingue utopia e ideologia e descarta as manifestações ideológicas. Heller e Feher⁵⁰, por sua vez diferenciam as utopias em racionais e irracionais, em relação a seu papel na orientação ou regulação da ação social. Entendem como racionais aquelas utopias que norteiam e orientam a ação social em consonância com metas estabelecidas e uma dinâmica concreta. Em contrapartida, caracterizam como irracionais as utopias que funcionam como um credo místico, uma vez que além de constituírem uma mera fachada de uma ação com objetivos diversos e por vezes contraditórios, tampouco regulam a ação social.

A utopia abstrata de Bloch e a utopia irracional de Heller e Feher consistem em idealizações finitas encerradas em si e enquanto tal são destituídas de um potencial transformador, servindo assim como meio de contenção e regulação social para projetos políticos conservadores. Todavia, não se pode menosprezar o potencial político destas utopias abstratas, irracionais utopísticas, seja em termos de seu apelo a valores tradicionais, seja por sua capacidade de sedução e cooptação de movimentos de massa⁵¹ e de difusão em diferentes escalas⁵².

Em uma linha similar à de Bloch, Lefebvre assinala ser difícil, muitas vezes, distinguir o possível do impossível, assim distingue o pensamento utopístico do pensamento utopiano; vendo no primeiro o sonho, o desejo, a impossibilidade de concretização e, no segundo, a possibilidade do impossível no possível para transformar o cotidiano e criar condições para a produção, apropriação e gestão social do espaço. Por conseguinte, entende que uma revolução que almeje mudar a vida e transformar o mundo sem compreendê-los seria utópica e não utopiana, possibilidades utopianas entendidas por ele enquanto tentativas de transformar o que é impossível no presente em possibilidade de experimentação em um futuro imediato⁵³. Essa concepção de utopia e perspectiva de

⁴⁸ Heller e Feher, 1985. apud Tapias, 1988.

⁴⁹ Lefebvre, 2009, p. 207-208.

⁵⁰ Heller e Feher, 1985, apud Tapias, 1988.

⁵¹ Como ocorreu na Alemanha, em 1933, com a ascensão do nazismo que atraiu para amplas frações da classe trabalhadora e das classes médias alemãs com a promessas de combater a opressão e o grande capital para construir de uma sociedade mais pura com base nos vínculos míticos identitários com a terra pátria (Heimat) em contraposição à luta de classes defendida pela esquerda. Promessas descartadas logo após a tomada do poder por Hitler. Como salienta Wilhem Reich na seguinte passagem “Na medida em que o nacional socialismo era obrigado a manifestar o seu caráter de movimento das classes médias (**antes** da tomada do poder e imediatamente **após**), era de facto **anti-capitalista**; na medida em que, para consolidar e manter o seu poder uma vez este ganho – e não expropriando o capital -, cada vez abandona mais o seu caráter anti-capitalista e manifesta mais nitidamente apenas a sua função capitalista, torna-se o melhor defensor e o melhor sustentáculo da ordem econômica baseada no grande capital”. (grifos do autor, Reich, 1933, p.42)

⁵² Um exemplo concreto foi a difusão da disseminação do fascismo no início da década 1930, como assinala Reich (1933) “na hora actual assistimos a esse paradoxo histórico: que o fascismo nacional-socialista está a ponto de ultrapassar nos países ocidentais o próprio comunismo internacional, como movimento **internacional**. Não ver isso, ter ilusões sobre o progresso do movimento revolucionário em relação à reacção, é simplesmente preparar o suicídio político, mesmo que possuam as melhores intenções” (Reich, 1933, p. 43).

⁵³ Lefebvre, 2009, p. 207.

reflexão de Lefebvre não é compartilhada por David Harvey, embora este proponha um utopianismo dialético⁵⁴ como forma de resgatar a utopia.

Preocupado em resgatar o potencial da práxis revolucionária para transformar as dimensões da vida cotidiana Lefebvre entende, assim como Bloch, que haveria um sentido inevitável de impossibilidade associado aos sonhos utópicos, domínio da utopia abstrata de Bloch. E, converge para a utopia concreta plural e mutável de Bloch, ao salientar que o aparentemente impossível está sempre presente no possível, e que é a constante luta pelo impossível que fundamenta a produção de novas possibilidades de transformação social⁵⁵, o que demanda, em uma perspectiva de resgate da práxis, em subverter as práticas espaciais não-hegemônicas no cotidiano⁵⁶.

A despeito das similaridades e ressonâncias entre esses autores, a concepção de Bloch, parece-nos mais instrumental e viável, em termos teóricos e passível de articulação à de Lefebvre em termos de instrumentalizar uma práxis transformadora, em particular, por sua abertura decorrente de sua visão da utopia não ser única, mas múltipla e em constante mudança, constituindo-se acima de tudo em um elemento de transformação da vida humana.

A utopia concreta de Bloch, como vimos, resgata a utopia para o pensamento marxista enquanto possibilidade do vir a ser, onde o ainda-não (*noch-nicht*) pressupõe a sua não realização e sua reelaboração em diversas escalas, em termos do pequeno e do grande. Esse ainda-não (*noch-nicht*) de Bloch se expressa na possibilidade do vir a ser em aberto da consciência utópica, que antecipa a possibilidade de transformação com base no real. Esse vir-a-ser em aberto confere um caráter mutável e plural à utopia concreta, bem como ao desejo antecipatório de transformação das tendências sociais do presente, que redesenha de forma permanente o futuro, uma vez que sempre estamos no aqui e agora em constante transformação.

E, esse ainda-não de Bloch da utopia concreta se traduz de certa forma na proposição de Lefebvre de que em toda impossibilidade existe uma possibilidade. Assim como Bloch⁵⁷ destaca a importância do pequeno e do grande, Lefebvre entende que a utopia

⁵⁴ Cabe aqui um parêntese, para esclarecer que essa perspectiva de um pensamento utopiano não tem relação com a proposição de um utopianismo dialético de David Harvey (2000) em *Espaços da Esperança*, onde a partir das leituras clássicas, Harvey argumenta que para revitalizar o pensamento utópico seria necessária uma combinação das utopias da forma espacial e do processo social, que designa de utopianismo dialético, por entender que cada uma isoladamente carece de um sentido de mudança social.

Segundo Johnson (2012), Harvey não chega a delinear uma definição de utopia, uma vez que sua leitura se apoia em interpretações limitadas e fica presa a concepções mais tradicionais da utopia. Não chega, assim, a se envolver na discussão da complexidade do processo utopiano e de sua relação com a prática como fazem Bloch, Lefebvre, Levitas e outros autores.

⁵⁵ Butler, 2012, p. 134-136.

⁵⁶ Ver a respeito Randolph, 2015 e 2016.

⁵⁷ Bloch, Ernst. *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt Am Main: Suhrkamp Verlag, [1959], 1964. Apud Voigt, 2005.

Bloch, Ernst. *Geist der Utopie*. Zweite Fassung. Frankfurt Am Main: Suhrkamp Verlag, [1923]. 1964. Apud Voigt, 2005.

deve considerar e explorar as possibilidades da realidade não só espacialmente, mas globalmente⁵⁸.

Nem a utopia concreta de Bloch, nem o utopianismo de Lefebvre têm a pretensão de servir de “modelo” ou de servir de meta pré-estabelecida, como propõem Heller e Feher. Ambos, Bloch e Lefebvre, cada um *per se*, prezam a identificação de possibilidades e impossibilidades da realidade. No caso de Lefebvre estas servem para seu método de “transdução”⁵⁹ em um trânsito entre o passado e o presente para pensar o impossível no construção possível do futuro.

Entre as polêmicas e convergências dos diversos autores, Manheim, Horkheimer, Adorno, Bloch e Lefebvre, cabe dizer: nem tanto ao céu, nem tanto a Terra. Por um lado, Manheim contribui com a ideia da utopia como essencial a vida humana e descarta as manifestações ideológicas. Em contraposição a Manheim, Horkheimer e Adorno o criticam e se recusam a delinear um plano, um projeto de sociedade futura. Bloch e Lefebvre resgatam a utopia para uma perspectiva humanista do marxismo ao superarem o dilema posto por aqueles autores ao conceberem a utopia, não como um plano ou modelo, mas como uma constelação de valores e metas, fundadas na no aqui e agora e, portanto, em constante mutação, que sirvam de orientação para a transformação social. A utopia (concreta) para Lefebvre é uma possibilidade de experimentação e transformação do cotidiano, “é uma ‘utopia experimental, ‘um estudo das implicações e consequências da utopia no chão”⁶⁰.

Lefebvre dá o tom à utopia em termos da espacialidade e do cotidiano, ao mesmo tempo em que assume uma postura que converge para a visão de Bloch e vai mais além do que este, ao enfatizar a importância da utopia (concreta), enquanto possibilidade seja na reflexão teórica e na práxis. Primeiro, destaca, que “hoje mais do que nunca, não há teoria sem utopia”⁶¹ esclarecendo adiante o caráter aberto da utopia enquanto motor da transformação, ao afirmar que “a teoria explora o possível/impossível e declara que ‘deve-se’ (um imperativo teórico, não um imperativo ético) querer o impossível para realizar o possível. Nada mais próximo e nada mais distante do possível”⁶².

Já com respeito à práxis, reafirma o caráter aberto mutável da utopia e seu potencial para redefinir o socialismo e comunismo, pela crítica do Estado e do político, mas a partir da apropriação, gestão e produção social do espaço ao ressaltar que a

“(...) utopia assume um caráter urgente. *Utopia urgente* define um estilo de pensar voltado para todas as áreas possíveis. O que tende a redefinir o ‘socialismo’ e o ‘comunismo’ não pelo Estado e pelo político, mas, por um lado, pela crítica do Estado e do político e, por outro lado, como produção, apropriação e gestão do espaço”⁶³.

Essa crítica do Estado e do político são essenciais para que se possa avançar, pois qualquer projeto político que se pretenda de transformação social deve se desnudar dos mitos e olhar criticamente para si, caso contrário arrisca-se a ficar preso em um lodaçal

⁵⁸ Busquet, 2012, p.10.

⁵⁹ Lefebvre, 1969, p. 116.

⁶⁰ Busquet, 2012, p. 8 em referência a Lefebvre.

⁶¹ Lefebvre, 2009, p.178-9.

⁶² Lefebvre, 2009, p. 288

⁶³ Lefebvre, 2009, p. 288.

de ideais utópicos, de utopias abstratas (Bloch) e mitificações. Pois, é no anseio por uma vida melhor, por uma outra sociedade, onde a utopia encontra pontos de contato com os mitos. Nesse sentido, apenas uma utopia concreta (Bloch) ou um pensamento utopiano crítico (Lefebvre) liberado de mitos tem condições de manter um caráter prospectivo e transformador. Pois “(...) *la mitificación de la utopía supone siempre una parcialización que la desvirtúa totalmente*”⁶⁴.

Para cortar algumas cabeças da Hidra de Lerna

Assim, com base no que abordamos até aqui, para subsidiar uma práxis transformadora caberia trabalhar em termos de uma permanente identificação de possibilidades de transformação no aqui e agora, que permitam a definição de metas que orientem a ação social no cotidiano durante um período de tempo, metas a serem re-elaboradas e redefinidas no curso do processo histórico.

Todavia, há que se considerar que a história da humanidade esteve povoada, desde sempre por mitos e fábulas, que junto com suas representações de mundo contribuem para a coesão cultural de diferentes grupos sociais, além de cumprirem uma função de controle social

*“ (...) estructurando una cosmovisión, sirven de soporte legitimador del orden social vigente, de fundamentación del modo de vida y las prácticas de todo tipo en él imperantes, y de factor de cohesión social imprescindible para la inserción de los individuos y grupos en dicho orden ”*⁶⁵.

Toda sociedade possui os seus mitos. Por conseguinte, se os mitos do passado tornaram-se fábulas, ou foram desmitificados e perderam sua capacidade de encantamento, temos hoje a erupção de novos mitos, mitos modernos que possuem uma ambiguidade menor do que aqueles do passado, dotados de uma maior capacidade de ilusão, de encantamento e de ocultamento da realidade.

Como disse Lefebvre e antes dele Manheim e Bloch, necessitamos de utopias fundadas na concretude do real para caminhar. Porém à utopia, ao pensamento utopiano, não raro se antepõem ou se colam propostas, projetos e formulações idealizados com base em termos e palavras icônicas, da moda, que carregam em si mesmos um apelo sedutor em relação ao desejo social e ao politicamente correto, tais como o desenvolvimento, a sustentabilidade, as cidades inteligentes, a governança participativa e, mais recentemente, a transparência, a resiliência e inclusive o direito à cidade em uma perspectiva jurídico-legal.

Somam-se a essas propostas falaciosas, apropriações equivocadas de termos de luta por uma sociedade melhor e mais equânime, como ocorre com o “direito à cidade” e sua banalização. Uma vez que se essas apropriações contribuem, por um lado para conferir um caráter transformador a propostas reformistas ou mesmo conservadoras; por outro lado, contribuem para despir das proposições transformadoras o conflito, o caráter de

⁶⁴ Pérez Tapias, 1988.

⁶⁵ Pérez Tapias, 1988.

luta social e de reivindicação, pois “(...) *si el mito ‘sacraliza’ lo que ‘es’, anula toda pretensión ético-política de ‘deber ser’*”⁶⁶.

Por conseguinte, para refletir sobre utopias concretas possíveis para a cidade e para a sociedade, cabe desmitificar esses mitos modernos. Apontar como são apropriados como selos, rótulos pelos setores hegemônicos, pela mídia e caem no senso comum e contribuem para legitimar políticas e práticas. Afinal como alguém pode ser contra a sustentabilidade do desenvolvimento? Contra as cidades inteligentes ou sustentáveis?

Nesse sentido, essas propostas e mitos modernos podem ser aglutinados no interior de três grandes mitos modernos, que diríamos característicos do capitalismo contemporâneo e emblemáticos dessa modernidade em que vivemos, a saber os mitos do progresso, da técnica e da duração. Cabe ressaltar que esses mitos são não-excludentes e se combinam e entrelaçam de diferentes maneiras.

Na esfera do mito do progresso temos o mito do desenvolvimento⁶⁷, da transparência e da governança do Estado⁶⁸, que se imbricam entre si e contribuem para manter o *status quo*, temas que desenvolvemos em outros ensaios. O mito do desenvolvimento, que contribui mais para desenvolver aqueles que o defendem, que trabalham por ele e para enriquecer os países desenvolvidos do que para o desenvolvimento daqueles que necessitam, que servem de pretexto para as práticas de desenvolvimento, que implementadas contribuem para aumentar as desigualdades sociais. O mito da transparência e da governança ocultam a opacidade do processo de decisão, das alianças do bloco no poder, dos conluíus dos grupos hegemônicos nas diferentes arenas que conformam o Estado e que somente poderão ganhar uma maior transparência pelas ações dos movimentos sociais.

O mito da técnica, por sua vez, abriga em si a crença no planejamento⁶⁹, no urbanismo e no instrumental técnico enquanto vetores de modernização, de desenvolvimento, de viabilização da mudança e de resolução de problemas de diferentes ordens. O mito da técnica se reveste com o mito da transparência e com sua aparente neutralidade contribui para ocultar o caráter político e estrutural dos problemas sociais e das questões urbanas, fazendo crer que tudo pode e deve-se resolver através do planejamento ou dos planos urbanísticos dos arquitetos. De fato, há que se admitir que tudo se resolve pelo planejamento e por esses planos para atender aos interesses de mercado e satisfazer as necessidades dos setores hegemônicos. Porém, nem tudo está perdido, pois há possibilidades e potencialidades de o planejamento também servir como um caminho para a liberação social para a apropriação social, produção e gestão do espaço social como coloca Rainer Randolph⁷⁰.

O mito da duração está relacionado à ideia de sustentabilidade⁷¹ e de resiliência, o que lhe permite conferir uma preocupação mais universal com o ambiente, a natureza, a exploração dos recursos naturais, com a memória e a permanência do passado,

⁶⁶ Pérez Tapias, 1988.

⁶⁷ Limonad, 2013b.

⁶⁸ Limonad, 2014.

⁶⁹ Limonad, 2015.

⁷⁰ Randolph, 2015, 2016.

⁷¹ Limonad, 2010, 2013a.

encarados positivamente. Preocupações essas relevantes, porém que atendem a diferentes agendas políticas⁷² e servem como justificativa para alavancar práticas associadas ao mito do progresso e/ou ao mito da técnica, em nome de um futuro comum. Inserem-se nesse âmbito as propostas das cidades sustentáveis, inteligentes e outras mais, muitas vezes em nome de um “direito à cidade”, visto como um direito jurídico-institucional. Tal banalização do “direito à cidade” vai de encontro e foge das proposições de Henri Lefebvre, que via o “direito à cidade” como uma possibilidade de se caminhar rumo à transformação social através da conscientização dos habitantes da cidade para as possibilidades dela se apropriarem enquanto valor de uso. Ou seja, para Lefebvre o “direito à cidade” constrói-se como um norte para ação social, que passaria por fora das instituições, sem uma relação direta com o caráter jurídico-legal que alguns procuram lhe impingir e, tampouco, relacionado a mercantilização da cidade, a produção de espaços urbanos, mas sim à apropriação da cidade por seus habitantes, enquanto valor de uso e possibilidade de criação de um espaço diferencial, enfim de uma outra cidade em conformidade com o desejo de seus habitantes.

Enfim, as diferentes expressões assumidas por esses mitos modernos cabem ser exploradas criticamente mais a fundo, como vimos fazendo há algum tempo⁷³, pois via de regra são prontamente adotados por políticos de vários matizes e por técnicos governamentais, com o argumento de se promover políticas para alcançar uma sociedade ideal mais justa. Muito embora, a despeito das boas intenções daqueles que os adotam, contribuem para que marche no sentido oposto, ao servir efetivamente para legitimar e justificar um leque heterogêneo e diversificado de políticas e práticas. As quais contribuem de forma dialética e contraditória, muito mais para mercantilizar as cidades e o espaço social, do que para melhorar as condições de vida de grande parte da população.

Esses mitos modernos contemporâneos são sedutores e irresistíveis por aparecerem como portadores emblemáticos de uma modernidade, como bandeiras de vanguarda de um futuro aparentemente próximo. Seu pretense caráter *avant-garde* permite-lhes se colar às antevisões de futuro, principalmente, às utopias concretas que se propõem transformadoras desde sua origem. E isso ocorre com o direito à cidade de Henri Lefebvre, pensado coerentemente com base na realidade objetiva, no aqui e agora, enquanto uma utopia urbana de uma outra sociedade possível, constantemente em (re)formulação, que tal qual o horizonte móvel da poesia, que sempre que avançamos se afasta e nos motiva a caminhar.

Bibliografía

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996.

BUSQUET, Grégory. Political Space in the Work of Henri Lefebvre: Ideology and Utopia. *justice spatiale / spatial justice*. [online]. Nanterre: Université Paris Ouest. n.º 5 déc. 2012-déc. 2013 | dec. 2012-dec. 2013. <http://www.jssj.org/wp-content/uploads/2013/09/JSSJ5-3.en_1.pdf>[27 de marzo de 2016]. ISSN: 2105-0392.

⁷² Harvey, 1996, p. 148.

⁷³ Limonad, 2010, 2013a, 2013b, 2015.

BUTLER, Chris. *Henri Lefebvre: Spatial Politics, Everyday Life and the Right to the City*. New York: Routledge, 2012.

CAPEL, Horacio. *La Morfología de las Ciudades*. Barcelona: Ediciones del Serbal (3v.), 2013.

CHOAY, F. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

GALEANO, Eduardo. *Las palabras andantes*. Buenos Aires: Catálogos, 1993.

HARVEY, David. *Espaços da Esperança*. São Paulo: Loyola, 2000.

HARVEY, David. *Justice, nature & the geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996.

HOBBSWAM, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOHNSON, Peter. Thoughts on utopia. *Heterotopia studies* [online]. 2012. <<http://www.heterotopiastudies.com/wp-content/uploads/2012/05/2.2-Thoughts-on-utopia-pdf.pdf>> [28 de março de 2016].

KELLNER, Douglas. Ernst Bloch, Utopia and Ideology Critique. *Vlaams Marxistisch Tijdschrift*. [online]. Zomer 2010, Jaargang 44 Nummer 2, p. 40-48. Disponível em <<http://www.imavo.be/vmt/1029-Kellner.pdf>> [28 de março de 2016]. ISSN 2032-5363.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: Grasset, 1947.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. *State, Space, World. Selected Essays*. Minneapolis; University of Minnesota Press, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LEVITAS, Ruth. Educated Hope: Ernst Bloch on abstract and concrete utopia. *Urban Studies*. [online]. Pennsylvania: Penn State University, 1990, vol. 1, n. 2, p. 13-26. <<http://www.jstor.org/stable/20718998>> [24 de março de 2016]. E-ISSN 2154-9648

LIMONAD, E.; LIMA, Ivaldo Gonçalves. Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante, contribuições a partir do pensamento de Lefebvre. In: LIMONAD, E. (Org.). *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. 1ed. Niterói: GECEL, v. 1, 2003. p. 15-33. <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ppgeo-uff/20121204013217/dos.pdf>> [24 de março de 2016].

LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. *Cadernos de Metrópole*. [online]. São Paulo: PUC-SP, jan/jun 2013a, v. 15, n. 29, pp. 123-142. <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm29_254.pdf> [19 março de 2016]. ISSN 1517-2422

LIMONAD, Ester. A natureza da “ambientalização” do discurso do planejamento. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (66). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-66.htm>>. 19 março de 2016]. [ISSN: 1138-9788].

LIMONAD, Ester. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. [online] Rio de Janeiro: ANPUR, 2013b, v. 15, n.1, p.125-138. <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/4174>>. [19 março de 2016]. E- ISSN 2317-1529

LIMONAD, Ester. Estado, espaço e escala no Brasil, subsídios para a reflexão. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2014, Vol. XVIII, núm. 493 (41) <<http://www.ub.edu/geocrit//sn/sn-493/493-41.pdf>>. 19 março de 2016]. [ISSN: 1138-9788].

LIMONAD, Ester. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando?. In COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 71-102.

LIMONAD, Ester. Paris Burns! Architecture or Revolution?. In: HARPER, Tom; COSTA, Heloisa Soares de Moura, YEH, Anthony. (Org.). *Dialogues in Urban and Regional Planning*. 1ed.Florence: Routledge, 2008, v. 3, p. 171-196.

LIMONAD, Ester. Paris em Chamas: Arquitetura ou Revolução?. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XI, nº 644, 10 de abril de 2006. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-644.htm>>. [19 março de 2016]. [ISSN 1138-9796].

LÖWY, M. O romantismo revolucionário de Maio 68. *Revista Espaço Acadêmico*. [online]. maio de 2008, Ano VII, nº 84, <http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp_lowyp.htm> [28 de março de 2016]. ISSN 1519-6186.

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. Sonhos diurnos e Geografia – sobre O princípio esperança de Ernst Bloch. *Trans/Form/Ação*. [online]. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2008, vol. 31, nº 1, p. 205-213. <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v31n1/v31n1a12.pdf>>. Acessado em 28 de março de 2016. ISSN 0101-3173.

MANHEIM, Karl. *Ideología y Utopía: Introducción a la sociología del conocimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, [1929], 1993.

MARX, K. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PÉREZ TAPIAS, José Antonio. Mito, ideología y utopía. Posibilidad y necesidad de una no mitificada. *Gazeta de Antropología*. [En línea]. Granada: Universidad de Granada, 1988, vol. 6, nº 04. <<http://hdl.handle.net/10481/13747>>. [27 de marzo de 2016]. ISSN: 0214-7564.

RANDOLPH, Rainer. A origem estrutural da subversão em sociedades capitalistas contemporâneas, suas práticas baseadas na vivência cotidiana e um novo paradigma de um contraplanejamento. In COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 71-102

RANDOLPH, Rainer. *A utopia do planejamento e o planejamento da utopia: o longo caminho de um contra-planejamento até o alcance da justiça social*. 2016. (mimeo)

REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massa do Fascismo*. Porto: Edições Escorpião, [1933] 1974.

REICH, Wilhelm. *Psicopatologia e Sociologia da Vida Sexual (Die Funktion des Orgasmus)*. Porto: Publicações Escorpião, [1927] (1977). 2 v.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VÁZQUEZ LARREA, Iñaki. Ideología y Utopía: una perspectiva sociológica: de Marx a Richard Rorty. *Revista Internacional de Ciencias Sociales y Humanidades*. [En línea]. Ciudad Victoria: Universidad Autónoma de Tamaulipas, SOCIOTAM, enero-junio, 2011, vol. XXI, nº 1. p. 231-245. <<http://www.redalyc.org/pdf/654/65421407011.pdf>> [27 de março de 2016]. ISSN: 1405-3543

VOIGT, Henri. *Between Utopia and Disillusionment: A Narrative of the Political Transformation in Eastern Europe*. New York-Oxford: Berghahn Books, 2005.